

A PROPOSTA EDUCATIVA DO “TERCEIRO SETOR” E SEUS NEXOS COM A POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Cassiana Mendes dos Santos Almeida¹

Resumo: A década de 1970 foi marcada pelo surgimento de várias instituições não governamentais que apoiavam o trabalho dos movimentos sociais na luta por melhores condições de vida e em busca da alteração no cenário sociopolítico vivido no país. A perseguição e tentativa de destruir as organizações da classe trabalhadora por parte da ditadura militar a fim de evitar movimentações contrárias ao Estado, bem como à ordem estabelecida, fez com que diversas entidades passassem a se dedicar às carências apresentadas em grupos particulares. Algumas se dedicaram no trabalho com as mulheres, outras desenvolveram trabalhos relativos à questão da homofobia, outras se dedicaram aos excluídos. Exemplo disso é o Movimento de Organização Comunitária (MOC), instituição escolhida para o estudo realizado no curso de especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em 2012. O presente texto apresenta algumas reflexões a partir de análise bibliográfica do material da referida instituição e encontra-se dividido em três tópicos – 1. Trajetória do Movimento de Organização Comunitária – MOC; 2. A atuação do MOC na área rural: o rompimento da lógica de combate às secas por meio da política de Convivência com o Semiárido e; 3. A proposta Educativa do MOC. Tem por finalidade apresentar a ação do “Terceiro Setor” na sociedade brasileira, compreendendo sua concepção de sociedade e proposta educativa.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Educação. Convivência com o Semiárido Brasileiro.

1. Trajetória do Movimento de Organização Comunitária – MOC²

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma organização não governamental (ONG) sediada no município de Feira de Santana-BA. Surgiu em 1967 sob influência de párocos da Igreja Católica que sentiram a necessidade de fazer um trabalho nas comunidades, prestando

¹ Licenciada em Pedagogia – UNEB/Campus XVI. Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – UFRB/CFP. Mestranda em Educação do Campo – UFRB/CFP. Bolsista pela FAPESB. Membro do CEPEHU. E-mail: cmsa_cassiana@yahoo.com.br

² O critério para a seleção da instituição apresentada nesse estudo deve-se ao fato de a mesma ser uma das primeiras a defender uma educação contextualizada para o Semiárido, e por ter uma articulação significativa, garantindo o envolvimento de várias pessoas de diversos municípios no desenvolvimento do seu trabalho. Além disso, o MOC, das instituições pesquisadas, foi a que apresentou o maior número de documentos publicados acerca da temática discutida. Durante a construção do projeto de pesquisa buscamos identificar documentos oficiais, textos, livros, cartilhas, enfim, todo tipo de publicação formulada por entidades do “terceiro setor” que atuam com processos educativos no Semiárido Brasileiro. As instituições pesquisadas foram: Centro de Assessoria do Assuruá – CAA situado em Irecê-BA; Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA situado em Juazeiro – BA e o Movimento de Organização Comunitária – MOC situado em Feira de Santana – BA. Dentre as três identificamos que esta última é a que tem o maior número de publicações disponíveis.

serviço aos mais pobres: o propósito era romper com a lógica de esmolas às pessoas carentes, efetivando um trabalho que contribuísse para que os sujeitos criassem alternativas para sua situação econômica.

O trabalho inicial priorizou os problemas cotidianos, promovendo vários cursos pontuais que tinha o papel de fazer a “reflexão sobre a própria realidade e como modificá-la” (MOC, 2007, p. 12). Estava lançado seu primeiro desafio: “provocar a transformação da realidade com e a partir das pessoas que não se percebiam como agentes da sociedade em que viviam” (Idem, p. 11).

A instituição só veio se efetivar enquanto pessoa jurídica em 31 de julho de 1970. Nesse período, pessoas que não faziam parte da Igreja Católica já estavam contribuindo no desenvolvimento das ações do MOC. Vários técnicos com conhecimento e experiência na área de participação social começaram a atuar nas comunidades contribuindo para o empoderamento³ das pessoas. Suas ações buscavam contemplar a sociedade civil com compromisso de promover e libertar os cidadãos. Dessa forma, as pessoas foram incentivadas a defender seus direitos e se organizarem com base na perseverança, fraternidade, respeito às diferenças, dignidade do ser humano e respeito ao meio ambiente.

A metodologia adotada se atinha a envolver a comunidade como “sujeitos da ação”, para que todos pudessem construir conhecimento de forma coletiva, valorizando sua cultura. Os estudos de Paulo Freire foram os principais inspiradores para a concretização da educação popular. Para a realização das atividades eram contratados especialistas com experiência em escutar a comunidade e, ao invés de ensinarem suas técnicas, incentivavam a troca das experiências vivenciadas pelos comunitários. Para os militantes do MOC, o novo saber seria o resultado do saber técnico com o saber popular. “Era a compreensão de que o “saber técnico” e o “saber popular” poderiam resultar num conhecimento novo e de que as comunidades e seus integrantes podiam produzir conhecimento” (MOC, 2007, p. 14). Esses debates passam a ser marcantes e decisivos no viés comunitário.

³ O termo empoderamento para o MOC diz respeito às informações dadas, pela entidade, às pessoas a fim de orientá-las a fazer as mudanças necessárias da sua realidade, por meio do campo da política na busca por seus direitos.

A experiência adquirida com o passar dos anos serviu para afirmar a visão do MOC: a organização comunitária. Seu foco no desenvolvimento local sustentável, na cidadania e no cotidiano exigia reflexões e ações de acordo com o aparecimento dos problemas. Uma comunidade lutava por água, outra por escolas, outra por melhores condições no emprego. Assim seguia a atuação do MOC: buscando soluções junto aos pobres na resolução das suas dificuldades. Muitas foram as dificuldades enfrentadas na organização social proposta pelo MOC. Uma delas foi o período político em que nasceu a instituição.

1.1 Conjuntura sociopolítica: o constante afastamento da teoria por parte dos movimentos sociais

O início do trabalho do MOC coincidiu com o período de repressão política no país, comandada pelos militares. O “Regime Militar”, como ficou conhecido esse momento da história, provocou perseguição e sofrimento aos trabalhadores brasileiros. Qualquer organização popular era investigada pelos militares na tentativa de descobrir se havia alguma ligação com movimentos comunistas. Com o MOC não foi diferente. Apesar de não haver uma luta articulada contra a ordem vigente, o enfoque nas questões específicas das comunidades era suficiente para inquietar a classe política dominante,

[...] pelo fato de envolver a população na discussão e resolução dos seus problemas imediatos e por ter a simpatia de pessoas que contestavam o regime militar, o que despertou a suspeita e desconfiança tanto dos órgãos de informação e de repressão do regime militar como de setores conservadores da sociedade (MOC, 2007, p. 11).

A elite dominante sabia que as organizações sociais estavam engajadas na luta pela liberdade de expressão com vias aos direitos sociais e à igualdade. O medo dessa situação se agravar e o movimento ganhar força fizeram com que os militares criassem formas de impedimento da articulação coletiva da população: censura, tortura, desmobilização e desarticulação das “diversas organizações populares e, principalmente, anular a ação das lideranças das referidas organizações” (VIEIRA, 2008, p. 111). Diversos setores da sociedade por temer a desintegração e a desordem social se aliaram ao regime militar, com a intenção de combater o Comunismo e os movimentos de esquerda crescentes na década de 1960.

No entanto, essa situação gerou um desconforto para o proletariado pelo fato de ser explorado e reprimido, fazendo emergir conflitos entre as classes. “Com a repressão

desencadeada pela ditadura militar, os movimentos das organizações socialistas se aceleraram e a busca de novas formas de atuação se tornou mais nervosa” (KONDER, 2003, p. 81). A saída passa a ser a atuação fragmentada, isto é, cada grupo levanta a bandeira das suas necessidades específicas. De acordo com Marcelo Ridenti esse período foi marcado com muitos traços vivenciados no mundo inteiro:

a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre a vida pública e a vida privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicas da juventude de esquerda na época, são características que marcaram os movimentos sociais no anos 60 em todo o mundo (RIDENTI, 2001, p. 13).

No Brasil, esse período foi marcado também por “lutas contra o poder das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais” (Idem, p.14). As leituras mostram que o MOC, com o passar do tempo, se debruçou bastante sobre essa questão, apoiando as comunidades rurais na luta pelo poder político agrário. As ações de sensibilização com os camponeses tiveram o intuito de viabilizar a inserção dos trabalhadores rurais nas decisões acerca da sua realidade, por meio da participação e do empoderamento comunitário.

Nos anos 1970 se consolidava uma espécie de renovação nos parâmetros da esquerda brasileira. Com a constante renovação do Capital, as políticas sociais passam a incentivar uma convivência dos trabalhadores com o mercado, incutindo que a única saída para o Capital é a melhoria dele: as lutas começam cada vez mais a se afastar do ajuste para romper com o capitalismo e surge a esperança de ser possível a convivência harmoniosa entre classes diferentes num sistema de exploração social. A sociedade passa a se organizar em “busca da revalorização da democracia, das liberdades civis, dos movimentos populares espontâneos, da cidadania, da resistência cotidiana à opressão, das lutas das minorias” (RIDENTI, 2001, p. 16). Os documentos do MOC mostram que a instituição nesse período também se rende a essa vertente: “Pela primeira vez se discutia uma questão econômica de abrangência regional, *suscitando a reflexão em torno da busca de alternativas para a problemática da comercialização*” (MOC, 2007, p. 13 - grifos do autor). Em outra afirmação encontramos o seguinte: “Simultaneamente, nas comunidades da periferia, que ainda continuavam com a assistência do MOC, *prevaleciam as lutas reivindicatórias e pequenas tentativas de geração de renda: padarias comunitárias, fábricas de vassouras e outras atividades*” (MOC, 2007, p.14 - grifos nossos).

A busca pelas alternativas não se davam no campo da revolução social. Elas se referiam a *reivindicações* dentro da ordem vigente: a cada novo problema apresentado pelas comunidades, a instituição passa a gerenciar um movimento isolado na busca pela solução dos mesmos. Entretanto, é preciso deixar claro que, apesar da boa vontade de muitas organizações, inclusive do MOC, essa tem sido a tendência de todas as entidades sociais, haja vista que a renovação do Capital tenta não deixar saídas para as mesmas, a não ser o consenso com seu projeto.

Essa situação se acirra ainda mais nos anos 1980. Os movimentos populares passam a dar maior projeção à realidade imediata, a vida cotidiana, rompendo cada vez mais com a visão da luta pela superação do capitalismo através da luta de classes defendida pelo marxismo. A Constituição Federal de 1988 veio para fortalecer ainda mais essa fragmentação. Com a propagação dos “direitos sociais” os grupos excluídos começaram a se articular em busca da conquista dos direitos direcionado às suas categorias: os homossexuais queriam seus direitos civis reconhecidos, os ambientalistas reivindicavam o desenvolvimento sustentável, os negros defendiam inclusão nos projetos sociais, os camponeses exigem terra para trabalhar. Enfim cada grupo começa a projetar dentro dos seus limites preocupando-se apenas com as conseqüências, secundarizando as questões relativas às causas: “olhando para baixo e para dentro, em vez de olhar para cima e para fora” (PETRAS, 1999, p. 48).

Analisemos um exemplo que referencia o enfoque às ações específicas durante esse período, retirado do documento publicado em comemoração aos 40 anos de existência do MOC: “as mulheres, inicialmente organizadas em Clubes de Mães, que objetivavam melhorias habitacionais e fossas sépticas para suas residências, ampliam o leque de suas ações para *debater seus direitos e sua organização e ocupar espaços na sociedade*” (MOC, 2007, p. 15-16 - grifos nossos).

Atentemo-nos a parte destacada. Vejamos que as mulheres compreendem que alguns espaços sociais são espaços de disputa, por isso objetivam “ocupá-los”. Percebemos que essas lutas pontuais são necessárias para a concretização das ações da classe trabalhadora, no entanto, elas não podem se esbarrar aí. Torna-se essencial que a partir dessas conquistas, as instituições se organizem e avancem na luta pela implementação de um novo modelo de organização social, superando o capitalismo.

Na década de 1990 o cenário mundial concretiza a tendência dos trabalhos das ONGs no acesso a políticas públicas e aos direitos sociais. A intenção é priorizar o acerto social, reformando a propriedade privada, acreditando na melhoria da sociedade (capitalista) existente, atenuando exacerbadamente os antagonismos de classe. As políticas sociais passam a cristalizar os interesses de cada segmento. Ao invés de avançar numa luta contra o capital, as ações passam a se dar dentro da ordem capitalista. Com o MOC não é diferente. Nos seus documentos fica clara a relação de parceria da entidade com diversas empresas e institutos, por exemplo: PETROBRAS, UNICEF, Instituto Citibank.

Atualmente o trabalho das entidades do “Terceiro Setor” se afasta cada vez mais da teoria revolucionária com vias ao rompimento com a ordem capitalista. Nos documentos do MOC fica claro que a organização comunitária, por priorizar reformas pontuais e políticas sociais se limitam a melhorar a vida das pessoas, sem questionar as imposições sofridas pela classe trabalhadora por parte do modo capitalista de produção. A constante vinculação com esferas do Capital, a exemplo do Estado prova que as muitas organizações civis não têm a revolução social no seu horizonte, mas apenas reivindicações e reformas dentro da estrutura capitalista. Os diversos programas de convivência encabeçados pelo MOC mostram claramente isso: “políticas não se constroem sem o *concurso* de sociedade civil e Estado (MOC, 2007, p. 21 - grifo nosso)”. Os conflitos entre as classes são desconsiderados, como se fosse possível haver harmonia e consenso entre classes antagônicas.

Fica evidente que a sociedade brasileira foi ganhando nova forma e, aos poucos, o movimento organizado de combate ao modo de produção capitalista, com a proposição de um novo mundo passou a se adaptar a ordem vigente deixando de conduzir-se à ruptura coletiva da condição de classe explorada, para inserir-se no mundo já estabelecido pelo capital: a forte tendência à fragmentação das ações é um exemplo claro de como o modelo capitalista impede a organização coletiva. É importante salientar que por trás de tudo isso há uma intencionalidade. Ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora se atenta para questões específicas, o capital cria condições para que a sociedade se desvie do projeto de estabelecer uma nova forma de organização social.

1.2 A forte vinculação entre o MOC e a Igreja Católica

No Brasil, desde a invasão européia no século XVI, a ligação social com a Igreja Católica se deu de forma estreita na tentativa de disseminar as ideias conservadoras defendidas pela elite burguesa. Isso perdurou por muito tempo. Só na segunda metade do século XX é que a Igreja Católica começa a fazer transformações no seu interior, principalmente no trabalho evangelizador e político.

De acordo com o teólogo Gustavo Gutierrez, a Teologia da Libertação, criada em 1952, foi a principal orientadora dessas mudanças. Por se basear em condições políticas ela exigia uma nova prática de evangelização: a opção pelo pobre. “Optar pelo pobre é entrar no mundo da classe social explorada, de seus valores, de suas categorias culturais. É fazer-se solidário com seus interesses e com suas lutas” (GUTIERREZ, 1986, p. 256-268). A fé e a solidariedade deveriam estar ao lado da classe menos favorecida:

A Teologia da Libertação recomendou que o trabalho pastoral deveria ser endereçado preferencialmente às pessoas oprimidas da América Latina (os pobres, mulheres, as crianças e jovens, os negros e os índios) e organizado como meio de conscientização e luta (SCHERER – WARREN apud COUTINHO, 2006, p. 01).

Em estudo anterior, constatamos que a Teologia da Libertação inspirou a Igreja Católica a abrigar todo tipo de ativismo de base, protegendo seus agentes das perseguições políticas e ações violentas que ocorriam durante o regime militar. Isso representou o nascimento da “esquerda” católica brasileira que tinha como base a solidariedade cristã a qual lutava, ao lado dos mais fracos, por justiça, pelo espírito comunitário e pelos direitos humanos (ALMEIDA, 2011).

Exemplo dessa intensificação católica na luta por justiça foi a criação da Ação Popular (AP) em 1962 por militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), cujo objetivo era a atuação mais incisiva junto às massas desfavorecidas e exploradas socialmente no sentido de organizá-los e construir o socialismo. A princípio as atividades consistiam em levar a palavra evangélica para dentro da academia, mas depois os militantes começaram a questionar a sociedade capitalista a partir de leituras marxistas.

Outro fato importante foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, nos anos 1970, que tinham o objetivo de convergir as ações para grupos mais focalizados, na busca por direitos e justiça diante de debates sobre os problemas imediatos da vida comunitária.

Assim como outras instituições, o MOC nasce no seio das ações comunitárias articuladas pela Igreja Católica. O seu fundador, Albertino Carneiro, era pároco da Diocese de Feira de Santana e com o objetivo de estreitar relações com os castigados pelas desigualdades sociais começa a desenvolver trabalhos nas comunidades com incentivo da Igreja. Nesse difícil período da sociedade brasileira, a relação ajudou a poupar a instituição da repressão política vivenciada no país.

A relação era de ajuda mútua. O MOC também deu sua contribuição nas atividades paroquiais. E apesar de se aproximar à orientação da Teologia da Libertação, a instituição acabava servindo aos setores conservadores da Igreja. Isso mostra que embora houvesse boa vontade dos dirigentes do MOC em prol das classes menos favorecidas, essa intervenção era limitada. Para comprovar essa questão apresentamos o parecer de Albertino, encontrado na dissertação de Vieira (2008):

No processo de fundação do MOC não havia um contexto favorável ou não favorável. Os riscos de prisão eram grandes; por muitas vezes fui chamado pelo chefe de polícia, Delegado Elísio Medrado, para se explicar, pois estava sendo acusado de fomentar um movimento operário comunista (moc). Porém, as autoridades logo percebiam que não se tratava de tal finalidade. [...] Os relatórios de trabalho realizados anualmente deveriam ser apresentados às autoridades policiais e à “Segurança Nacional”. Com objetivo de proteção, a equipe do MOC elaborava os relatórios com muitas informações, porém não revelavam a realidade das atividades desenvolvidas. Muita coisa escrita para não dizer nada. A escolha da natureza da organização não se baseou apenas nas orientações da Igreja Católica, mas também nas teorias sobre as classes sociais. Não havia um projeto e sim uma preocupação de que a Igreja deveria “dar” um testemunho, e isso não acontecia na época. [...] *Era preciso um testemunho social e a Igreja apoiava a repressão, buscando também agradar a classe dominante* (VIEIRA, 2008, p. 118-119 - grifos nossos).

Ainda que o ideal da solidariedade e a boa vontade de muitos líderes religiosos, presentes em ações paroquiais, priorizassem a classe menos favorecida, evidencia-se que a Igreja, contribuiu também para a continuidade e perpetuação do modo de produção capitalista. Não obstante todas as mudanças sofridas no âmbito da instituição católica durante os anos 1960 e 1970, deve-se ter em mente que os estabelecimentos religiosos não se tornam populares a partir do momento em que é instaurado um governo repressor no país. Durante a história, a Igreja esteve ao lado do poder econômico, político e cultural dominante. Então, faz-se necessário sempre lembrar que essa mesma Igreja que contestou o regime, o apoiou no seu início. O cancelamento dos direitos políticos e a pouca importância dada aos direitos humanos causou um profundo abalo social gerando um movimento contra o regime militar. É nessa esfera de

reivindicações que o trabalho eclesiástico se concentrou: resistência à ditadura militar, fortalecimento do cristianismo com ideias e práticas sociais, para assim incluir a classe desfavorecida economicamente no rol de decisões e de controle social.

Por tudo isso, entende-se aqui que o trabalho do MOC, apesar de visar a transformação social, não apresenta características de um movimento com intenção de romper com o modo de produção vigente. A ligação com organismos como a Igreja Católica, que se aproxima das elites para se manter enquanto instituição dominante na esfera religiosa proporciona apenas atos reivindicatórios esbarrando na solução das dificuldades imediatas vivenciadas no cotidiano das comunidades. A satisfação pessoal do indivíduo é o que move a reivindicação, no caso dos sertanejos a luta se dá no recorte de uma região e o foco é num tipo de trabalhador: o trabalhador rural. Diante disso, é preciso salientar que um trabalho comunitário que busca o avanço do proletariado deve considerar as limitações de organização em classe impostas aos trabalhadores, sobretudo aos sertanejos. Nesse caso, enfatizamos que as lutas sociais devem ter como horizonte a transformação social.

2. A atuação do MOC na área rural: o rompimento da lógica do combate às secas por meio da política de Convivência com o Semiárido

A constante aproximação das comunidades fez com que, na década de 1970, o MOC se esbarrasse em mais um desafio: intervir nos confrontos rurais na luta pela terra. Esse fato vai mudar as perspectivas da entidade:

Nesta época e na área rural, se defronta com um conflito de terra na Fazenda Candéal, próxima da Matinha, que resultou no assassinato de um trabalhador rural, Joaquim dos Santos, em 1975. [...] O enfrentamento do problema da posse da terra na Fazenda Candéal levou a um relacionamento até então inexistente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, controlado por velhos “coronéis” (fazendeiros que utilizavam a entidade com fins políticos) (MOC, 2007, p. 12).

É nesse momento que a organização passa a concentrar na “conscientização” dos trabalhadores rurais acerca do papel do Sindicato. O processo garantia a reflexão dos associados, bem como o incentivo a conquista do espaço: as ações garantiram que os trabalhadores assumissem o controle das atividades sindicais acirrando assim a relação com os coronéis. Esse episódio marca o foco do MOC nas áreas rurais, e apesar de continuar prestando assessoria nas

periferias dos centros urbanos, a atenção da entidade se voltou ao campo. No entanto, o objetivo continuava o mesmo: assessorar as comunidades a descobrir seu potencial comunitário, assumindo com maior empenho a condução dos trabalhos locais, dentro dos princípios da *cooperação* e da *solidariedade*.

No início, as ações se concentravam apenas em apoiar e prestar formação para os pequenos agricultores incentivando a formação de cooperativas rurais, de espaços coletivos para a produção, enfim ao controle social. Os técnicos adotaram a mesma metodologia utilizada nas comunidades urbanas: a escuta e a valorização do saber popular servia de empoderamento dos agricultores para que esses tomassem as decisões necessárias para fazer melhorias no campo. Nos anos 1980 o MOC consolida seu trabalho na área rural e começa a reivindicar junto aos sertanejos, políticas públicas adequadas à região onde esses viviam: o Semiárido Brasileiro. As discussões priorizaram questões como: desenvolvimento local sustentável, agricultura familiar e um modelo contrário ao combate as secas, denominado de Convivência com o Semiárido.

Acreditando na possibilidade de se viver bem no semiárido é que o MOC, junto com várias outras organizações busca, a partir dos anos 1990, a construção de uma região com melhores condições de vida, políticas contextualizadas, cultura popular reconhecida e valorizada. O papel dessas entidades foi mobilizar a população sertaneja numa luta reivindicatória que por focar os problemas internos, deixou de contemplar as imposições sociais, e conseqüentemente de criar as condições para se combater o capitalismo.

Constata-se que cada vez mais o MOC afunila seu trabalho. A cada novo problema ele busca uma solução imediata na tentativa de saná-lo. Conforme estudo anterior (ALMEIDA, 2011), essa realidade é enfrentada pela maioria das organizações que surgiram por volta das décadas de 1960 e 1970. Naquela época elas tentavam romper com a ordem vigente, com o passar dos anos vão perdendo a força e o trabalho fica apenas em resolver as dificuldades instantâneas, convivendo com o modo capitalista de produção.

3. A proposta Educativa do MOC

O trabalho de assistência às comunidades urbanas e rurais exigiu do MOC um processo educativo “adequado” à sua proposta social. Nesse tópico trataremos em fazer uma reflexão sobre os documentos do MOC em relação à educação difundida pela instituição.

As palavras de ordem para a construção do seu projeto educativo foram basicamente, solidariedade, troca de saberes, ações cotidianas, desenvolvimento local sustentável e, empoderamento político da sociedade civil. Esse enfoque se deu por conta do primeiro desafio encontrado pelo MOC: “provocar a transformação da realidade com e a partir das pessoas que não se percebiam como agentes da sociedade em que viviam” (MOC, 2007, p. 11).

A educação se dá numa abordagem contextualizada “respeita a *realidade rural* e produz conhecimento para *sua modificação*” (MOC, 2007, p. 26 – grifos nossos). Dessa forma, foi preciso que o MOC desenvolvesse uma espécie de ação educativa capaz de envolver as pessoas na discussão de seus problemas imediatos.

Ingressou-se numa trilha onde técnico e pessoas das comunidades aprendiam juntos e construíam conhecimentos. Era a compreensão de que o “saber técnico” e o “saber popular” poderiam resultar num novo produto, num conhecimento novo e de que as comunidades e seus integrantes podiam produzir conhecimento (MOC, 2007, p. 14).

Para isso havia a necessidade de optar por uma metodologia que se debruçasse sobre a escuta, na tentativa de identificar as dificuldades vivenciadas pela comunidade, a fim de resolvê-los na esfera do cotidiano. De acordo com Vieira, a metodologia adotada pelo MOC consistia em

não ensinar, mas sim aprender junto; ou seja, em vez dos membros da equipe atuarem numa postura de ensinar as pessoas a empreender a ação e realizar procedimentos, o importante era se permitir que as pessoas da comunidade interagissem com a ação e isso levaria uma aprendizagem conjunta. A metodologia propôs que o saber técnico da equipe se unisse ao saber popular, resultando assim num conhecimento completamente novo. Os resultados foram bastante positivos e a cada ano a equipe veio aprofundando as questões que envolvem essa metodologia de trabalho educativo comunitário (VIEIRA, 2008, p. 132).

Essa metodologia foi influenciada pelas orientações da Educação Popular, bastante difundida por Paulo Freire, que se centrava no saber do povo⁴ e na autonomia de suas organizações almejando acentuar o protagonismo comunitário, levando os sujeitos a lutarem por melhores condições de vida. Segundo Freire (2005, p. 10) “não se ensina, aprende-se em reciprocidade de consciências; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos participantes”. A equipe técnica do MOC focou suas atividades de acordo com

⁴É importante salientar que essa perspectiva substituía a categoria classe pela categoria povo.

as necessidades encontradas nas comunidades, sem explicitar seu conhecimento acumulado durante os anos na academia.

Tanto o MOC quanto a Educação Popular entendem a educação como meio para que o povo diga o que passa na sua localidade, expressando seus sentimentos, suas percepções sobre a realidade sem repetir o discurso de agentes externos à sua vivência, pois, esses são os principais meios para a transformação do mundo é o diálogo e a reflexão sobre ele. A educação, segundo essa vertente teórica, serve para transformar a realidade vivenciada pelos sujeitos e entendida como “um processo de conhecimento objetivo e crítico da realidade concreta apropriada por alguém e do seu papel (como pessoa, gente, classe) nessa mesma realidade, sua inserção, seu situar-se aí” (VIEIRA, 2008, p. 116).

A estratégia mais visível e utilizada pelo MOC foi desenvolver processos educativos, a partir dos princípios e características da educação não-formal, que possibilitasse à comunidade descortinar os processos ocultos de sua exclusão, a identificação dos problemas, a descobrir as possibilidades de uso do poder político para solucionar seus problemas, tornando-se autônoma para lidar com o poder público para assegurar os direitos sociais de sua comunidade (VIEIRA, 2008, p. 195).

A citação anterior comprova que a proposta parte da realidade das comunidades e considera a cultura popular como a categoria privilegiada para a discussão educativa, convergindo para a perspectiva da Educação Popular: ambas tentam dar um enfoque maior aos problemas cotidianos.

Os valores trabalhados nas ações educativas são visíveis: saberes do cotidiano, cidadania, desenvolvimento sustentável. A seguir mostraremos a articulação do MOC para que a educação garanta a efetivação desses processos, haja vista que elas são muito repetidas nos textos analisados. Apontaremos, a seguir, as impressões retiradas dos textos.

Percebemos que os conteúdos são pensados de acordo com os contextos dos estudantes, a partir do cotidiano. O MOC entende que com os conhecimentos trazidos de casa as crianças são capazes de elaborar ideias transformadoras. O processo educativo centrava-se muito mais nas carências dos membros das comunidades que num conhecimento propriamente dito. Além disso, contempla a luta por um currículo significativo e contextualizado. Já que é um projeto voltado para um setor específico que é o campo, ele considera os conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, enfim, toda a diversidade do povo camponês (CARNEIRO, 2011). Não

considera a teoria como um meio de empoderamento dos sujeitos na luta pela transformação social. Como mostra VIEIRA:

(...) uma das dificuldades vivenciadas pelos “agentes” no encaminhamento da prática educativa era a questão da comunicação, uma vez que aquele “agente”, na maioria das vezes, era uma pessoa com formação acadêmica, portador de um saber específico, com uma linguagem teoricamente estruturada e sistematizada em termos técnicos específicos, de um modo geral não conseguia estabelecer comunicação com a maioria dos comunitários (VIEIRA, 2008, p. 182).

Identificamos que o conhecimento científico tende a ser secundarizado e, ainda, é tido como um problema para o trabalho educativo, justificado pela dificuldade que os termos técnicos apresentam no diálogo com a comunidade.

Muitas vezes, a escola, busca reproduzir conhecimentos e os alunos a decorar. Assim, dados oficiais indicam que os alunos estão saindo 2º grau sem saber ao menos interpretar o que lêem, sem saber fazer a leitura do mundo que cercam, com dificuldades de pensamento lógico, sem saber fazer uma redação de forma crítica e criativa (CARNEIRO, 2007, p. 05).

Ao refletirmos sobre as proposições educativas do MOC surgiram alguns questionamentos:

a) por que, ao invés de suprimir a difusão dos conhecimentos científicos, não optar por uma proposta pedagógica que entenda o saber popular como ponto de partida, analisando criticamente a realidade vivenciada e, ao articular com os conhecimentos científicos, alcançar a transformação social?; b) por que focar os saberes e não os conhecimentos científicos? c) por que lutar pela relevância dos saberes populares, ao invés de lutar para que a classe trabalhadora se aproprie do conhecimento mais elaborado pela humanidade ao longo da história? d) por que sua base pedagógica é a aprendizagem e não o ensino? e) essas opções não contribuem para o amortecimento das lutas e para a fragmentação do conhecimento?

Claro que o diálogo entre professor e aluno é importante, mas desconsiderar que aquele tem um conhecimento acumulado podendo contribuir com elementos científicos para o avanço do aluno é retroceder o processo educativo.

A crítica à fragmentação escolar, entendida pelas ONGs como a divisão de conteúdos científicos nas disciplinas, é mais um ponto de convergência entre a Pedagogia Freireana e o discurso das ONGs. Defende a necessidade em falar da realidade local para poder se aproximar do povo e assim propor aos oprimidos, através da contradição, uma análise crítica da realidade.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, C. M. S. *A presença do Terceiro Setor na construção da concepção de Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro*. Monografia (graduação em Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVI. Irecê- BA, 2011.
- BRASIL. *Nova delimitação do semiárido Brasileiro*. Brasília: Ministério da Integração Nacional – MI (Secretaria de Políticas do Desenvolvimento Regional), 2005. Disponível em www.mi.gov.br Acesso em: 16/08/2011.
- CARNEIRO, V. M^a. O. *Educação do campo integral na perspectiva do semiárido*. ANO.
- FÉLIX, C; ALMEIDA, C.M.S; BARRETO, M. O. C. *A educação escolar no semiárido brasileiro: crítica ao princípio da convivência e do desenvolvimento sustentável na formação humana*. REVISTA FACEVV, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2005.
- KONDER, Leandro. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2003.
- KÜSTER, Ângela; MATTOS, Beatriz. *Educação no contexto do Semiárido Brasileiro*. Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2 ed., 2007.
- MOC. *O MOC na linha do tempo: 40 anos Por Um Sertão Justo*. Feira de Santana – BA, 2007.
- PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Furb, 1999. Col. Sociedade e ambiente, nº 3.
- REIS, Edmerson dos Santos. *Educação do campo e Desenvolvimento Rural Sustentável: avaliação de uma prática educativa*. Juazeiro – BA: Editora Franciscana, 2004.
- RESAB, Secretaria Executiva. *Educação para a convivência com o semiárido: reflexões teórico-práticas*. Juazeiro: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. *Intelectuais e romantismo revolucionário*. São Paulo: São Paulo em perspectiva, 2001.
- VIEIRA, R. C. *O Ourives e a Joia: o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e suas práticas de educação não formal, no período de 1970-1980*: Salvador – BA, 2008.